

Mauro Pedroso Gonçalves

RECURSO DE APELAÇÃO

Efeito Devolutivo

**2ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS	19
1.1 RECURSO COMO MEIO DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL	19
1.2 NATUREZA JURÍDICA DO RECURSO	24
1.3 ADMISSIBILIDADE E MÉRITO RECURSAL	26
1.3.1 Juízo de Admissibilidade (Pressupostos de Admissibilidade Recursal)	29
1.3.2 Juízo de Mérito (<i>Error in Iudicando</i> e <i>Error in Procedendo</i>)....	35
Capítulo 2 – RECURSO DE APELAÇÃO	39
2.1 APELAÇÃO E SENTENÇA COMO ARQUÉTIPOS RECURSAL E DECISÓRIO	39
2.2 PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DA APELAÇÃO	45
2.3 PROCEDIMENTO DA APELAÇÃO	48
2.3.1 Procedimento em Primeira Instância	48
2.3.2 Procedimento em Segunda Instância	51
Capítulo 3 – EFEITOS DOS RECURSOS	57
3.1 IMPEDITIVO DE FORMAÇÃO DE COISA JULGADA	57
3.2 DEVOLUTIVO	59
3.3 TRANSLATIVO	67
3.4 REGRESSIVO	72
3.5 SUSPENSIVO	73
3.6 EXPANSIVO	75
3.7 SUBSTITUTIVO	76
Capítulo 4 – REFORMA DO EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO	79
4.1 CRISE DO JUDICIÁRIO <i>VERSUS</i> EFETIVIDADE, INSTRUMENTALIDADE E CELERIDADE	79
4.1.1 Devido Processo Legal como Princípio Gerador de Princípios	80
4.1.2 Efetividade, Instrumentalidade e Celeridade	82
4.2 A REFORMA DO CPC/1973 E O SURGIMENTO DO CPC/2015	84

4.3	AMPLIAÇÃO DE PROFUNDIDADE E LIMITAÇÃO DE EXTENSÃO DA DEVOLUTIVIDADE	87
4.3.1	Plano Vertical do Efeito Devolutivo	88
4.3.2	Plano Horizontal do Efeito Devolutivo	90
4.4	APLICAÇÃO DA DEVOLUTIVIDADE REFORMADA DA APELAÇÃO	94
4.4.1	Pressupostos Formadores da Teoria da Causa Madura	94
4.4.2	Necessidade de Aplicação e da Faculdade de Requerimento	96
4.5	ADEQUAÇÃO DO ART. 1.013, §§ 3º E 4º, DO CPC/2015 AO ORDENAMENTO JURÍDICO	98
4.5.1	Não Violação ao Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, por Inexistência de Supressão de Instância	99
4.5.2	Possibilidade de Mitigação do Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, por Ser um Princípio Implícito	101
4.5.3	Não Violação ao Princípio do Juiz Natural, por Inexistência de Supressão de Competência	106
4.5.4	Solução da Antinomia Imprópria, na Hipótese, Entre o Princípio da Duração Razoável dos Processos e o Princípio do Juiz Natural	111
4.5.5	Ausência de Transgressão ao Princípio da <i>Ne Reformatio in Pejus</i>	119
Capítulo 5 – APLICAÇÕES DO EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO		121
5.1	EXTENSÃO HORIZONTAL DA DEVOLUTIVIDADE DE OUTROS RECURSOS CÍVEIS	122
5.1.1	Embargos de Declaração; e Embargos Infringentes de Alçada	123
5.1.2	Recurso Inominado; e Recurso Ordinário	123
5.1.3	Recurso Especial; Recurso Extraordinário; e Embargos de Divergência	129
5.1.4	Agravo em Recurso Especial ou Extraordinário	134
5.1.5	Agravo de Instrumento; e Agravo Interno	135
5.2	CORREÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES <i>ULTRA, CITRA E EXTRA PETITA</i>	136
5.2.1	Ausência de Nulidade em Decisões <i>Ultra Petita</i>	139
5.2.2	Julgamento Imediato da Lide em Recursos contra Decisões <i>Citra</i> ou <i>Extra Petita</i>	142
5.3	JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO EM REMESSA NECESSÁRIA	146
5.4	APLICAÇÃO DO ART. 1.013, § 4º, DO CPC/2015 EM DECISÃO QUE AFASTA A PRESCRIÇÃO OU A DECADÊNCIA	149
CONCLUSÃO		153
REFERÊNCIAS		157
ÍNDICE REMISSIVO		159